

# Superior Tribunal de Justiça

## AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.447.657 - DF (2019/0036822-1)

**RELATOR** : **MINISTRO OG FERNANDES**  
**AGRAVANTE** : **DISTRITO FEDERAL**  
**PROCURADOR** : **IDENILSON LIMA DA SILVA - DF032297**  
**AGRAVANTE** : **RAIMUNDA MARIA PINHEIRO SANTOS**  
**AGRAVANTE** : **SIMONE PINHEIRO SANTOS**  
**AGRAVANTE** : **SILVIA PINHEIRO SANTOS**  
**ADVOGADOS** : **ISRAEL MENDONÇA SOUZA - DF000672A**  
 : **MÁRCIO LUIZ RABELO - DF032453**  
**AGRAVADO** : **OS MESMOS**

### DECISÃO

Vistos, etc.

Trata-se de agravo interposto pelo Distrito Federal contra decisão que negou seguimento a recurso especial, sob os fundamentos de: (i) inexistência da pretendida violação do art. 1.022 do CPC/2015; (ii) incidência da Súmula 7/STJ; e (iii) não ter sido atendido os requisitos previstos nos arts. 1.029, § 1º, do CPC/2015 e 255, §§ 1º e 2º, do RISTJ.

O agravante defende que o acórdão recorrido foi omissivo em apreciar "o argumento de que o mandado de citação foi a única causa interruptiva ou suspensiva da prescrição, o qual foi expedido após o transcurso do lustro" (e-STJ, fl. 324).

Quanto à incidência da Súmula 7/STJ, aduz o ente público que "se desincumbiu de seu ônus de provocar o pronunciamento expresso da Corte Local sobre a matéria, e os fatos que lhes dão substrato, motivo pelo qual pede seja reconhecida a presença do prequestionamento e das premissas fáticas no acórdão recorrido" (e-STJ, fl. 329).

No mais, reitera as razões do recurso especial acerca da suposta ocorrência de prescrição da pretensão executória.

Parecer do Ministério Público Federal pelo não provimento do agravo (e-STJ, fls. 350-356).

É o relatório.

O agravo não comporta conhecimento.

Constata-se que o agravante deixou de impugnar um dos argumentos adotados pelo Tribunal local – desatendimento dos requisitos previsto nos arts. 1.029, § 1º, do CPC/2015 e 255, §§ 1º e 2º, do RISTJ.

Conforme entendimento reiterado pela Corte Especial deste Tribunal Superior no julgamento dos Embargos de Divergência nos Agravos em Recurso Especial n. 701.404, 746.775 e 831.326, a decisão agravada não pode ser dividida e, portanto, deve ser impugnada em sua integralidade. Isto é, o recorrente deve fazer a impugnação específica de todos os argumentos da decisão de inadmissibilidade.

Nesse mesmo sentido:

# *Superior Tribunal de Justiça*

AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RECURSO QUE DEIXA DE IMPUGNAR ESPECIFICAMENTE OS FUNDAMENTOS DA DECISÃO ORA AGRAVADA. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 182 DO STJ. RECURSO MANIFESTAMENTE INADMISSÍVEL. APLICAÇÃO DE MULTA. ART. 1.021, § 4º, CPC. AGRAVO NÃO CONHECIDO.

1. Inexistindo impugnação específica, como seria de rigor, aos fundamentos da decisão ora agravada, essa circunstância obsta, por si só, a pretensão recursal, pois, à falta de contrariedade, permanecem incólumes os motivos expendidos pela decisão recorrida. Incide na espécie a Súmula 182/STJ.

2. À luz do princípio da dialeticidade, que norteia os recursos, compete à parte agravante, sob pena de não conhecimento do agravo de instrumento, infirmar especificamente os fundamentos adotados pelo Tribunal de origem para negar seguimento ao reclamo, sendo insuficiente apresentar alegações genéricas de inaplicabilidade do óbice invocado. Precedentes.

3. O recurso revela-se manifestamente infundado e procrastinatório, devendo ser aplicada a multa prevista no art. 557, § 2º, do CPC.

4. Agravo regimental não provido, com aplicação de multa.

(AgInt no AREsp 941.148/RJ, Rel. Min. LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 14/2/2017, DJe 20/2/2017)

PROCESSUAL CIVIL. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA DOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO DENEGATÓRIA DE PROCESSAMENTO DO RECURSO ESPECIAL. SÚMULA 182 DO STJ.

1. É inviável o agravo que deixa de atacar especificamente todos os fundamentos da decisão agravada. Incidência da Súmula 182 do STJ.

2. A jurisprudência desta Corte é assente no sentido de que, para afastar a incidência da Súmula 182/STJ, não basta a impugnação genérica dos fundamentos da decisão agravada, é necessário que a contestação seja específica e suficientemente demonstrada.

3. A apresentação tardia de novos fundamentos para viabilizar o conhecimento do recurso representa inovação, vedada no âmbito do agravo interno.

Agravo interno improvido.

(AgInt no AREsp 867.735/SE, Rel. Min. HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 2/8/2016, DJe 10/8/2016)

Desse modo, forçosa é a incidência do disposto no art. 932, III, do CPC (correspondente ao art. 544, § 4º, I, do CPC/1973), segundo o qual não se conhece do agravo que não ataca especificamente todos os fundamentos da decisão agravada, nos seguintes termos:

Art. 932. Incumbe ao relator:

[...]

III - não conhecer de recurso inadmissível, prejudicado ou que não tenha

# Superior Tribunal de Justiça

impugnado especificamente os fundamentos da decisão recorrida; (grifo acrescido)

Em idêntica direção os seguintes precedentes: AgInt no AREsp 880.709/PR, Segunda Turma, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, DJe 17/6/2016; AgRg no AREsp 575.696/MG, Terceira Turma, Rel. Ministro Paulo de Tarso Sanseverino, DJe 13/5/2016; AgRg no AREsp 825.588/RJ, Quarta Turma, Rel. Ministro Luis Felipe Salomão, DJe 12/4/2016; AgRg no REsp 1.575.325/SC, Quinta Turma, Rel. Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, DJe 1º/6/2016; e AgRg nos EDcl no AREsp 743.800/SC, Sexta Turma, Rel. Ministra Maria Thereza de Assis Moura, DJe 13/6/2016.

Confira-se, ainda:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA NO RECURSO ESPECIAL. CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. APLICABILIDADE. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA AOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO AGRAVADA. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N. 182/STJ E DO ART. 932, III, DO CPC/2015.

I - Consoante o decidido pelo Plenário desta Corte na sessão realizada em 09.03.2016, o regime recursal será determinado pela data da publicação do provimento jurisdicional impugnado. Assim sendo, *in casu*, aplica-se o Código de Processo Civil de 2015.

II - **Razões de agravo interno que não impugnaram especificamente os fundamentos da decisão agravada, o que, à luz do princípio da dialeticidade, constitui ônus dos Agravantes.** Incidência da Súmula n. 182 do STJ e aplicação do art. 932, III, do CPC/2015.

III - Agravo interno não conhecido.

(AgInt nos EAREsp 594.062/RS, Rel. Min. REGINA HELENA COSTA, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 14/9/2016, DJe 20/9/2016)

Ante o exposto, com fulcro no art. 932, inc. III, do CPC/2015, c/c o art. 253, parágrafo único, inc. I, do RISTJ, não conheço do agravo em recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 27 de novembro de 2019.

Ministro Og Fernandes  
Relator